

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.584.117 - SP (2019/0275651-5)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : F DE C
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
AGRAVADO : C F DE C S
ADVOGADO : ALEXANDRE BICHERI - SP184572

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto de acórdão que recebeu a seguinte ementa:

EMENTA: Interdição Pedido julgado procedente insurgência da defensoria pública, ante a edição da Lei n. 13.146/2015 inacolhimento laudo médico que atestou a incapacidade total Considerações sobre à exegese da Lei de Proteção às Pessoas com Deficiência e o mais em termos legislativos, aplicável à espécie Consideração ao princípio do cuidado, como valor jurídico incidente no caso e a aspectos da doutrina publicada e que se aplica ao tema sentença mantida recurso desprovido.

Alega-se ofensa aos arts. 85 da Lei 13146/2015, 12 do Decreto-Lei 186/2008, 3º, 1.772, 1.782 do Código Civil.

Parecer do Ministério Público Federal pelo provimento do recurso.

Relatados, passo a decidir.

O Tribunal de origem, ao solucionar a causa, assim registrou:

No caso sub judice e a teor do laudo apresentado pelo expert, infere-se ser o requerido portador de [...] desenvolvimento mental retardado .. o que o torna incapaz em grau total, demandando, como corolário, a presença de alguém que o possa representar, tudo a indicar a exata conveniência e necessidade de sua interdição, por caracterizada a hipótese excepcional e, que, como referido por Caio Mário da Silva Pereira, em revisão e atualização de sua filha, Tânia da Silva Pereira, do já referido volume V de suas mais uma vez citadas Instituições de Direito Civil - Direito de Família, GEN-Forense, 2016, 24ª. edição, p. 589, implica na providência. Efetivamente e ainda que os arts. 6º e 84 do Estatuto afirmem, respectivamente, que a deficiência não interfere na plena capacidade

civil da pessoa, que tem assegurado o exercício de sua capacidade legal em condição igual à das demais pessoas, não deixou a lei de estabelecer a curatela ainda que como medida extraordinária -, no tocante àqueles que dela necessitem, conforme se infere do art. 85, § 2º, também do diploma referido.

(...)

Outrossim, definida a incapacidade como total, nada há que se alterar no bem decidido.

Essas as razões pelas quais se entende não ser possível acolher-se o recurso interposto, manifestando-se aqui o quanto se tem como necessário e suficiente à solução da causa, dentro da moldura em que apresentada e segundo o espectro da lide e legislação incidente na espécie, sem ensejo a disposição diversa e conducente à outra conclusão, inclusive no tocante a eventual prequestionamento de questão federal, anotando-se, por fim, haver-se decidido a matéria consoante o que a turma julgadora teve como preciso a tanto, na formação de sua convicção, sem ensejo a que se afirme sobre eventual descon sideração ao que quer que seja no âmbito do debate travado entre os litigantes.

As razões do recurso especial se apresentam de maneira genérica, alegando a possibilidade de *"capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas em todos os aspectos da vida"* sem, no entanto, demonstrar efetivamente em que medida teria sido demonstrada a ausência de incapacidade civil absoluta do interditando, o que atrai a incidência do verbete nº 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Ressalto ainda que o parecer do Ministério Público Federal, embora tenha se manifestado pelo provimento do recurso, não se ocupou em demonstrar, de modo analítico e objetivo, onde residiria, de fato, a capacidade residual sustentada pelo órgão ministerial, de modo a demonstrar efetivamente que o Tribunal de origem estaria equivocado ao ter afirmado expressamente a incapacidade total do interditando.

Ainda que transposto o referido óbice, acresça-se que correta a decisão agravada ao obstar o recurso especial pela incidência do verbete nº 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, eis que a análise das alegações aviadas nas razões do recurso e a reforma do acórdão recorrido impõem reexame de matéria fática da lide, vedado nesta sede, nos termos do mencionado verbete, irrepreensivelmente aplicado pelo

Superior Tribunal de Justiça

primeiro juízo de admissibilidade.

Em face do exposto, nego provimento ao recurso.

Intimem-se.

Brasília (DF), 17 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora